



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Centro Social Nossa Senhora Da Conceição

1.2. Sede

Rua Professor Salcedas Pais – S/N

6200-236 Vila do Carvalho

1.3. NIPC

502 207 949

1.4. Natureza da actividade

O Centro Social Nossa Senhora da Conceição é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objectivos de utilidade pública.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011 de Portaria n.º 105/2011, de 9 de março (base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015 (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo) que revogou o aviso 6726-B/2011 aplicável até 31/12/2015.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

3.3. Activos fixos tangíveis / intangíveis

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Encontram-se registados em investimentos financeiros:

- o Fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, valorizado pelo custo.
- o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Foram considerados os seguintes períodos de vida útil para cálculo das reintegrações do período:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

3.4. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



3.5. Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

3.6. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.7. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte subsídio de férias e de Natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido

3.8. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efectuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afectar as quantias relatadas de activos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.10. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Centro.



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017
Edifícios e outras construções	592.881,55	2.000,02	594.881,57
Equipamento básico	107.028,95	1.538,70	108.567,65
Equipamento de transporte	87.312,18		87.312,18
Equipamento de Administrativo	21.088,97		21.088,97
Outros activos tangíveis	40.389,30		40.389,30
Activo tangível bruto	848.700,95	3.538,72	852.239,67
Depreciações acumuladas	411.694,45	23.770,53	435.464,98
Activo tangível líquido	437.006,50	27.309,25	416.774,69

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo. O mapa que se segue reflete as aplicações efectuadas.

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Outros Investimentos Financeiros		
FRSS	142,30	142,30
FCT	559,50	531,27
Investimentos Financeiros	701,80	673,57



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

6. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016	Variação
Saldo inicial	802,83	1.608,96	-
Compras	65.715,35	57.764,20	13,76%
Saldo final	1.623,43	802,83	-
Gasto no exercício	64.894,75	58.570,33	10,80%

7. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Prestação de serviços	286.129,16	241.640,09	
Mensalidades / serviços	285.751,16	236.102,09	21,03%
Quotizações	378,00	5.538,00	-93,17%
Subsídios à exploração	194.070,37	175.819,59	
Do estado e outros entes públicos	194.070,37	175.819,59	
ISS, IP - Segurança Social	173.631,03	154.340,34	12,50%
IEFP	20.439,34	21.479,25	-
Doações e heranças	1.439,00	7.792,48	
Doações	1.439,00	7.792,48	-81,53%
Outros rendimentos	29.487,95	45.200,09	
Rendimentos suplementares	257,00	1.350,82	-80,97%
Ganhos em inventários		15,90	-
Venda de energia	2.054,13	1.885,25	8,96%
Outros	23.978,41	39.994,59	-40,05%
Aplicações financeiras	3.198,41	1.953,53	63,72%
Total	511.126,48	470.452,25	8,65%



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

8. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- a) Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- b) No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEFP são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Segurança Social	173.631,03	154.340,34
IEFP	20.439,34	21.479,25
Doações	1.439,00	7.792,48
Total	195.509,37	183.612,07

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

9.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Activo		
Cientes / Utentes	34.592,66	15.951,41
Estado e outros entes públicos	3.556,39	2.858,35
Outras ativos correntes	42.777,37	38.989,78
Aplicações	31.712,00	30.150,00
Outras	11.065,37	8.839,78
Diferimentos	1.806,55	1.468,88
Total do activo	82.732,97	59.268,42
Passivo		
Fornecedores	9.510,20	7.039,83
Estado e outros entes públicos	6.864,36	10.249,56
Outras passivos correntes	40.008,72	36.400,61
Total do passivo	56.383,28	53.690,00



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

9.2. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	7.915,44	8.570,07
Depósitos à ordem	2.818,66	41.843,67
Depósitos a prazo	121.000,00	120.000,00
Total	131.734,10	170.413,74

10. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes nos dois exercícios em análise:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Remunerações do pessoal	268.335,61	244.653,54	9,68%
Encargos sobre remunerações	59.178,86	50.506,47	17,17%
Seguros acidentes trabalho	2.293,08	932,47	145,91%
Outros gastos com o pessoal	521,77	1.253,80	-58,38%
Total	330.329,32	297.346,28	11,09%
Número médio de funcionários	33	30	10,00%

11. Outras informações

11.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

11.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Activos		
Imposto sobre o valor acrescentado	3.556,39	2.858,35
Total	3.556,39	2.858,35
Passivos		
Retenção impostos sobre o rendimento	823,90	266,00
Imposto sobre o valor acrescentado	306,48	106,23
Contribuições para a segurança social	5.667,92	9.872,03
FCT/FGCT	66,06	5,30
Total	6.864,36	10.249,56

11.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Activos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.806,55	1.468,88
Total	1.806,55	1.468,88

11.4. Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2017	31-12-2016
Fundo Patrimonial	240.000,00	240.000,00
Resultados transitados	195.018,30	214.408,30
Outras variações capital próprio	153.101,47	177.027,11
Resultado líquido do período	-10.739,06	-16.330,04
Total	577.380,71	615.105,37



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

11.5. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017e 2016, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Trabalhos especializados	10.938,78	11.131,17	-1,73%
Publicidade e propaganda	160,00	283,25	-
Honorários	13.508,27	9.502,08	42,16%
Comissões	1.422,00	1.781,00	-20,16%
Conservação e reparação	8.772,55	5.028,96	74,44%
Serviços bancários	416,47	340,24	22,40%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	2.682,81	4.292,28	-37,50%
Livros e documentação técnica	27,08	50,00	-45,84%
Artigos para oferta		46,99	-
Material escritório	1.376,92	724,70	90,00%
Material didático	390,42	743,10	-47,46%
Eletricidade	10.716,55	11.962,42	-10,41%
Combustíveis	15.799,90	12.468,13	26,72%
Água	8.784,19	10.298,17	-14,70%
Deslocações e estadas	1.747,02	3.611,21	-51,62%
Transporte de pessoal	301,57		-
Rendas e alugueres	2.939,85	2.849,24	3,18%
Comunicação	2.307,56	2.511,84	-8,13%
Seguros	2.276,50	2.084,25	9,22%
Limpeza, higiene e conforto	12.197,92	11.368,84	7,29%
Outros Serviços	5.318,19	5.875,17	-9,48%
Total	102.084,55	96.953,04	5,29%




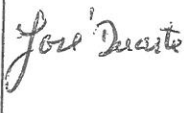
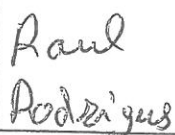
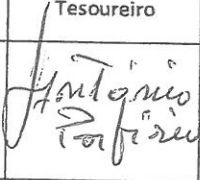
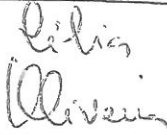

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

11.6. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2017	31-12-2016	
Impostos	446,86	267,46	67,08%
Descontos P.P. Concedidos	0,50		-
Perdas em inventário	131,59	416,61	-
Donativos		20,52	-
Outros			-
Quotizações	50,00		-
Insuficiencia estimativas impostos		7.237,86	-100,00%
Outros	289,03	369,43	-21,76%
Total	917,98	8.311,88	-88,96%

Covilhã, 29 de Março de 2018

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
					
José Damasceno	José Da Conceição Duarte	Raul Gomes Rodrigues	António José Proença Porfírio	Célia Maria Gomes De Jesus Oliveira	Manuel Rato Vicente